

Marcha rural em Bogotá

Em meio à luta dos camponeses e dos comerciantes informais de leite, foi realizada uma Marcha Nacional proveniente de 15 departamentos e de uma centena de municípios, no dia 19 de agosto passado, concluída com a concentração de mais de

10 mil pessoas em Bogotá, em frente ao Ministério da Agricultura.

A mobilização exigia a anulação de dois decretos do governo nacional que impõem

o consumo de leite industrial e proibem a comercialização do leite cru para ferver.

**O governo executa
uma política agrícola
anti-camponesa**

A resistência foi preparada durante meses, tendo como maior expressão a desobediência civil dos produtores e comerciantes de leite, e foi acompanhada por um intenso debate no Congresso. Apesar do pujante desenvolvimento industrial dos produtos lácteos, devido aos investidores nacionais e estrangeiros, que também se beneficiaram, na **Colômbia** ainda subsiste a produção artesanal de leite e seus derivados, atividade que proporciona trabalho a milhares de famílias de camponeses que o realizam cotidianamente como atividade principal ou complementar. Dessa atividade depende a satisfação de suas necessidades básicas.

Esta produção artesanal de leite e seus derivados antecedem, há séculos, à produção industrial. Para o consumo humano, é recomendável ferver o leite e isso foi feito e ainda se faz por quem compra a preços mais baixos que o leite processado (pasteurizado). A comercialização do leite cru está a cargo de um imenso número de pessoas, principalmente nos centros urbanos, incluindo as grandes cidades. Esta atividade era considerada lícita sempre e quando fossem acatadas as normas de higiene e salubridade.

Ignorando esta realidade, de maneira inesperada e autoritária, o governo expediu os decretos que proibem a venda de leite cru para ferver, sem medir suficientemente os efeitos nefastos que essa medida gerará na população do campo e nos comerciantes informais -**aproximadamente umas 160.000 pessoas**-, que seriam empurrados para uma maior pobreza.

Cabe destacar que diante da grande concentração realizada em **Bogotá**, o companheiro **Luis Alejandro Pedraza**, representando a Central Única dos Trabalhadores (**CUT**) e da União Nacional Agroalimentar da Colômbia (**UNAC - UITA**), justificou e incentivou a resistência contra a arbitrária proibição decretada pelo governo. De forma certa, considerou como uma luta em defesa da soberania alimentar, estabelecendo a necessidade de fortalecer a organização e de aprofundar a unidade e os objetivos de luta dos camponeses, dos trabalhadores urbanos e das agroindústrias. Trata-se de “derrotar as políticas agrárias e pecuárias do atual governo, voltadas para a satisfação das demandas do grande capital nacional e das multinacionais dos alimentos”, enfatizou o presidente da **UNAC**.



Na Colômbia a propriedade de terra está concentrada em mãos de muito poucas pessoas. O país é um dos mais desiguais em distribuição de terra do continente. Apenas 2.428 proprietários, públicos e privados, possuem 44 milhões de hectares, equivalente ao 53,5 por cento do território.

O Ministério dos desastres no setor rural

O ministro de Agricultura da Colômbia, **Andres Felipe Arias**, ex-funcionário do **Banco Mundial**, é um entusiasta impulsor da produção de biocombustíveis, razão pela qual diz que é preciso passar dos 320 mil hectares existentes de cultivo de dendê para 3,5 milhões de hectares nos próximos anos. Por outro lado, sustenta que os grandes engenhos de cana-de-açúcar devam privilegiar a produção de etanol. Desta forma vende a sua política pública: “A agricultura começa a substituir o petróleo. Por quê? Primeiro, por uma razão geopolítica. Os países desenvolvidos querem reduzir sua dependência do hidrocarboneto. Segundo, por razões ambientais: um motor alimentado com etanol ou com biodiesel produz muito menos contaminação que o abastecido com combustível fóssil. Portanto, no mundo está acontecendo uma dura concorrência: agricultura para energia versus agricultura para alimentação. Em que implica isso? Muito boas notícias para os agricultores: enormes mercados adicionais e, em consequência, preços internacionais e domésticos altos e fortalecidos (tonificados?)”.

O senhor Ministro não está errado quando mostra essa “dura concorrência”. De fato, a agricultura para alimentação está perdendo a batalha, razão pela qual o tema

dos biocombustíveis está sendo debatido no cenário mundial. Funcionários do **Banco Mundial** reconhecem que os biocombustíveis vão disparar os preços dos alimentos no mundo, tal como está ocorrendo, com maior impacto nos países pobres, onde aumentará a fome e a pobreza. Isto, obviamente, não preocupa o Ministro, que tomou o partido da produção de biocombustíveis.

Na **Colômbia** houve um incremento nas importações de soja e de milho transgênicos, que não eram destinados à alimentação, mas sim à produção do combustível requerido pelo mercado interno. O país não está produzindo biocombustível para exportar. Atualmente produz escassamente para o mercado interno com imensos subsídios e com redução dos impostos para os produtores, o que também deve ser considerado como subsídio. Estes subsídios, que superam os 500 milhões de dólares por ano, não beneficiam os demais agricultores.

Por outro lado, os trabalhadores também são afetados, porque na cana-de-açúcar o corte foi mecanizado e na produção de dendê a contratação de trabalhadores foi substituída por relações precárias de trabalho. Neste setor, foram incentivadas as cooperativas de trabalho associado, onde os “sócios trabalhadores” não têm direitos sociais e devem assumir, eles mesmos, o pagamento das contribuições previdenciárias para terem seguridade social, assim como assumir os riscos profissionais e pagar pela sua formação profissional, entre outros.

A abertura aos transgênicos

Igualmente, o Ministro de Agricultura está cegamente apaixonado pelos transgênicos. Assim ele o confessou “Os benefícios são enormes. As culturas resistentes a pragas e enfermidades requerem menor utilização de agrotóxicos. Isto não só reduz significativamente os custos dos agricultores, mas também a contaminação do solo, do ar e das águas. Estas culturas, com maior produção por hectare, aumentam os rendimentos dos agricultores, o que melhora o nível de vida de nossos camponeses, reduz a pobreza rural e facilita a ocupação lícita e pacífica do território. Além disso, a maior produtividade por hectare diminui a pressão sobre os ecossistemas naturais”.



Luis Alejandro Pedraza, presidente da UNAC

As consequências

Uma grave crise causada pela semente de algodão transgênica **Monsanto DP-455**, que poderia ocasionar perdas calculadas em mais de 11 milhões de dólares para os produtores do departamento de **Tolima**, foi o tema central do questionamento ao Ministro de Agricultura feito recentemente no Congresso da República porque, sem as garantias suficientes, foi permitida a distribuição da semente **Monsanto DP-455** entre os produtores. Agora quase 9 mil hectares de algodão sofreram drásticas perdas na produção. Entre os prejudicados estão não só as grandes empresas produtoras de algodão como também uma centena de pequenos e médios agricultores. O Ministério “certificou” umas sementes que não serviram aos agricultores.

A estrutura da propriedade e a produção rural

A superfície territorial da **Colômbia** é de 114,2 milhões de hectares, dos quais 302 mil hectares correspondem às concentrações urbanas e 113,9 milhões é considerado área rural dispersa. O país está utilizando somente 37 por cento de sua terra agricultável. A pecuária absorve toda a área apta a essa atividade e 20,8 milhões de hectares a mais. Isso significa que boa parte da terra com vocação agrícola e mais de 10 milhões de hectares de bosques desmatados, foram dedicados à criação de gado bovino e de algumas outras espécies menores.

Colômbia. Uso potencial e real da terra | Hectares | 2002

Aptidão da terra	Uso potencial	Uso atual	Diferença de uso
Para agricultura	14.362.867	5.317.862	-9.045.005
Para pecuária	19.251.400	40.083.171	+20.831.771
Para uso florestal	78.301.484	55.939.533	-22.361.951
Para outros usos	2.259.049	12.834.234	10.575.185
Total território	114.174.800	114.174.800	0

Fonte: IGAC | Corpoíca

Emprego no setor agropecuário

Ocupação	Ocupados	Homens	Mulheres
Total	3.805.236	3.267.688	537.548
Operário, empregado particular	561.773	503.492	58.281
Operário, empregado do governo	244	103	142
Empregado doméstico	241	0	241
Trabalhador por conta própria	1.817.583	1.630.840	186.743
Patrão ou empregador	262.251	231.478	30.773
Trabalhador familiar sem remuneração	401.037	208.806	192.231
Outro	7.582	7.208	374
Diarista (Bóia-Fria) ou Peão	754.526	685.762	68.764

Fonte: IGAC | Corpoíca

Uma grande proporção da população do campo, mais de 655.000 lares, não tem acesso à terra. Mais de 2,2 milhões de proprietários de micro e minifúndios não conseguem gerar renda que lhes permita superar a linha da pobreza.

Na **Colômbia** a propriedade da terra está concentrada na mão de muito poucas pessoas. O país tem uma das mais desiguais distribuições da terra do continente. Apenas 2.428 proprietários, públicos e privados, possuem 44 milhões de hectares, equivalente a 53,5 por cento do território. Boa parte dos médios e grandes proprietários rurais já não são habitantes do campo, e seus rendimentos são contabilizados nas áreas urbanas.

As políticas públicas de crédito do atual governo também são desiguais: 46 por cento dos créditos do “*Agro Ingreso Seguro AIS*” estão concentrados em operações de mais de 300 mil dólares; 33 por cento são créditos próximos ao milhão de dólares, e os de menos de 550 dólares representam apenas 0,07 por cento do total.

68,2 por cento da população do campo padecem uma situação de pobreza grave. 2,3 milhões de camponeses só possuem terras ou terrenos de menos de 3 hectares, ou seja, 1,7 por cento do território. Além disso,

pela falta de capitais, tecnologia, terra e créditos não podem se dedicar a cultivos de rendimento tardio. Assim, milhões de trabalhadores do campo que ganham por dia trabalhado devem se limitar às culturas básicas (“o pão de cada dia”), com pouca técnica agregada e produzidos em volumes pequenos. Suas moradias são deficientes, contam com escasso ou com nenhum acesso aos serviços públicos domiciliares; o atendimento à saúde e à educação é limitado. Isto motiva uma elevada taxa de indigência: 27,5 por cento.

Entre as principais razões que explicam a aguda pobreza vivida pelos camponeses, é importante destacar as seguintes:

- uma grande parte da população do campo, mais de 655.000 lares, não tem acesso à terra;
- mais de 2,2 milhões de proprietários de micro e minifúndios não conseguem gerar renda que lhes permita superar a linha de pobreza;
- os sem-terra, aproximadamente 755.000 diaristas, estão submetidos a relações de trabalho precárias, pois não contam com seguridade social por parte dos patrões e o dinheiro que a maioria recebe é inferior ao salário mínimo. Além disso, há regiões onde a pecuária extensiva só gera um emprego direto por cada 200 hectares.

A população ocupada na agricultura e na caça e pesca chegou a 3.844.623 (dados de 2005). Deste total, apenas 78.017 estão organizados em sindicatos. Entretanto, existe um amplo leque de organizações agrárias (pequenos proprietários, cooperativas, associações de usuários, etc.) que complementam o variado conjunto organizativo do setor.

Em Bogotá, Jorge Luis Villada

Coordenador do Departamento de Formação da UNAC

29 de agosto de 2008

Desenho e Arte: Gabriel Balla (Rel-UITA)

